

A recuperação da economia norte-americana diante da crise econômica mundial*

André Luis Contri**

Economista, Pesquisador da FEE e Professor da PUCRS

Resumo

O presente artigo tem por objetivo fazer uma avaliação da recuperação econômica dos EUA pós-crise de 2008-09. Para tanto, pretende-se inseri-la dentro de algumas das transformações de caráter estrutural que a economia mundial tem passado nos últimos 20 anos. Assim, numa primeira parte são apresentados alguns indicadores da economia norte-americana do período 2000-12, procurando avaliar o impacto quantitativo, tanto da crise como do período de recuperação. A seguir, procura-se entender o significado da crise dentro das características que marcaram o mais recente processo de globalização da economia mundial. Finalmente, apresentam-se algumas considerações finais.

Palavras-chave: EUA; crise econômica; globalização.

Abstract

This paper aims to evaluate the economic recovery of the USA after the 2008-09 crisis. In order to analyze this process, it intends to understand the current crisis within the framework of structural changes that the world economy has faced in the last 20 years. In the first part, it's presented some indicators of the American economy for the 2000-12 period. Secondly, it aims to understand the meaning of the crisis considering the characteristic of the recent process of globalization. Finally, it presents some final comments.

Key words: USA; economic crisis; globalization.

Os primeiros indicadores da crise na economia norte-americana apareceram já em 2007. Naquele momento, já se sabia que havia uma bolha especulativa no mercado imobiliário e que o preço dos imóveis estava sobrevalorizado. Os investimentos residenciais, por exemplo, já haviam apresentado uma queda de 7,3% em 2006 e de 18,7% no ano seguinte. No

entanto, foi somente em 2008 que os problemas imobiliários começaram a assumir proporções dramáticas. Foi então que começou a vir à tona o enorme castelo de cartas constituído de derivativos dos títulos da dívida privada no país. A partir daí, a história já é conhecida: iniciou-se uma crise de natureza financeira no interior da economia norte-americana que acabou tendo impacto no sistema financeiro mundial e, posteriormente, resultando numa desaceleração no crescimento econômico das maiores economias do mundo.

* Artigo recebido em 06 fev. 2013.
Revisor de Língua Portuguesa: Breno Camargo Serafini.

** E-mail: contri@fee.tche.br

A grande questão é que, já passados cinco anos do início das turbulências, a economia mundial ainda continua patinando na sua retomada do crescimento. Até 2007, a economia norte-americana podia ser considerada a locomotiva do crescimento econômico mundial, e não há razões para se supor que isso tenha mudado. Assim, a sua lenta recuperação, associada à estagnação europeia, tem afetado negativamente o crescimento das economias ditas “em desenvolvimento”. Dentre elas, pode-se destacar o Brasil, que, após uma rápida recuperação, em 2010, passou a apresentar taxas reduzidas de crescimento nos últimos dois anos. Esse lento crescimento brasileiro tem sido motivo das mais variadas críticas à política e à equipe econômica governamental, vindo, inclusive, de órgãos e da imprensa internacional.

A eleição presidencial norte-americana de 2012 foi um momento de avaliação sobre a efetividade das políticas adotadas pelo Governo Obama na sua tentativa de retirada da economia da crise. Os indicadores desse desempenho são contraditórios e têm gerado as mais diversas controvérsias sobre a eficácia das políticas fiscal e monetária adotadas naquele país. Ora, os indicadores surpreendem positivamente, para, logo adiante, demonstrarem sinais contrários. Como sempre acontece nos períodos de crise, as economias acabam passando por grandes transformações estruturais. Muitas vezes, a análise imediatista de curto prazo acaba ocultando transformações mais profundas e, com isso, o real significado da crise atual. Por se tratar (ainda) da maior economia do mundo, os EUA acabam sendo o centro do debate quando o assunto é a atual crise. Uma retomada mais acelerada do crescimento norte-americano, associado com a continuidade do crescimento chinês, poderia ser o suficiente para que as demais economias mundiais voltassem a crescer. Diante desse cenário, o presente artigo pretende fazer uma avaliação da tendência das principais variáveis macroeconômicas da economia dos EUA, com o intuito de examinar a trajetória percorrida nesses anos de crise e a sua posterior recuperação, bem como tentar identificar alguns elementos que deverão nortear o seu futuro. Pretende-se, ainda, entender o significado da crise atual, para que a análise de curto prazo possa ser entendida dentro de uma estrutura que englobe as transformações mais profundas que têm atingido a economia mundial.

O tamanho da crise e a velocidade da recuperação dos EUA

A primeira grande crise do capitalismo no século XXI já é considerada a maior crise econômica desde a Grande Depressão dos anos 30 do século passado. Como consequência, já se tornou um consenso denominá-la “A Grande Recessão”. Dentre as suas características estão a sua extensão no tempo, a sua propagação em nível mundial e o grande impacto sobre a geração de renda e de emprego. Em função dessas características, essa crise é diferente das anteriores, tal como a recessão mundial do início da década de 80, da estagnação japonesa dos anos 90 e das crises que afetaram as economias asiáticas e latino-americanas em fins do século XX. Estas últimas, ou tiveram impactos regionalizados, ou, quando tiveram dimensão mundial, não foram tão intensas e tão prolongadas. Assim, apesar de várias dessas crises apresentarem causas e mecanismos de propagação semelhantes, a crise recente distingue-se não somente pelo seu impacto quantitativo nos indicadores econômicos, como também no seu aspecto qualitativo, ou seja, no significado da crise.

Do ponto de vista quantitativo, verifica-se que a queda no Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano foi uma das maiores já verificada em comparação com todo o século passado. A recuperação do nível do produto foi rápida, se tomarmos como referência a crise dos anos 30. Naquela década, a economia norte-americana apresentou quatro anos consecutivos de queda no PIB, sendo que, no período 1929-33, o PIB havia se reduzido em mais de 25,0%. Se a crise atual não tem aquelas proporções, também é verdade que a recuperação atual tem se dado a taxas relativamente baixas de crescimento. Assim, se, no período 2000-07, a economia norte-americana já vinha apresentando uma taxa média de crescimento de 2,4% a.a., entre 2010 e 2012 o crescimento médio foi de 2,1% a.a. Apesar de a economia apresentar dois anos de taxas de crescimento negativas (-0,3% em 2008 e -3,1% em 2009), já no primeiro trimestre de 2011 a economia americana havia atingido o nível do produto de finais de 2007. Ou seja, nos três últimos anos a economia vem apresentando um crescimento lento, mas constante (Gráfico 1).

Conforme tem sido destacado nas mais diversas análises sobre a economia norte-americana, estas têm apresentado um padrão de crescimento fortemente

baseado no consumo e no endividamento das famílias. Stiglitz (2013) assinala que o crescimento da década anterior à crise sustentava-se nos 80% da população com menor renda consumindo cerca de 110% da mesma. Nesses 12 primeiros anos do século XXI, esse padrão já mostrou sua fragilidade duas vezes: na desaceleração de 2001-02 e na recessão de 2008-09. Esta última, particularmente, tem promovido mudanças substanciais na economia daquele país e também tem resultado numa recuperação modesta para os padrões históricos de crescimento dos EUA no século XX. Por representar cerca de 70,0% do PIB dos EUA, o consumo das famílias tem respondido por grande parte da variação de seu crescimento. Ainda no Gráfico 1, pode-se observar que o consumo das famílias também já superou o seu nível pré-crise, o que tem respondido por grande parte do crescimento desses três últimos anos.

Já os períodos de desaceleração estão associados com quedas acentuadas nos investimentos, conforme se pode observar no caso dos dois períodos mencionados anteriormente. Por ser da natureza dos investimentos apresentarem essas oscilações mais amplas nas taxas de variação, verifica-se um comportamento simétrico no período de crescimento. Ou seja, nos três últimos anos, os investimentos voltaram a crescer a taxas relativamente mais elevadas, quando comparados com os demais componentes da demanda agregada (Tabela 1). Em parte, essa recuperação é o resultado de um efeito estatístico em função dos baixos patamares dos anos anteriores, o que fica evidenciado no fato de tal recuperação não ter sido suficiente para retomar os níveis de investimento do pré-crise (Gráfico 2). O resultado combinado dessas oscilações é que a taxa de investimento em relação ao PIB, que era de 17,8% em 2000, reduziu-se para patamares ligeiramente acima de 13,0% em 2012. Apesar disso, essa resposta positiva dos investimentos parece ser um dos principais aspectos nessa trajetória de recuperação. Caso ela se mantenha, a economia norte-americana deverá, nos próximos anos, estar apresentando taxas mais elevadas de crescimento.

No que se refere ao consumo do governo, observa-se que, no primeiro decênio deste século, a intervenção governamental teve um caráter claramente anticíclico, conforme é evidenciado pela análise da Tabela 1. Assim, na desaceleração de 2001-02 e na recessão de 2008-09, observaram-se as maiores taxas de crescimento dos gastos governamentais. Esses gastos são imediatamente reduzidos tão logo a economia retome a sua trajetória de crescimento mais acelerado. Uma das peculiaridades dos três últimos anos é

que, embora as taxas de crescimento do PIB ainda se mantenham baixas, os gastos governamentais desaceleraram consideravelmente, chegando a apresentar uma queda de 3,1% em 2011 e de 1,7% em 2012. Esse já pode ser considerado um dos resultados da política fiscal imposta pelos debates no congresso norte-americano em torno dos limites do endividamento governamental. Essa ausência de compensação da redução dos investimentos por parte dos gastos do Governo é um importante elemento que tem impedido uma recuperação mais acelerada do crescimento dos EUA. Como se verá a seguir, tal redução dos gastos não conseguiu evitar o crescimento nominal da dívida pública interna.

O lento crescimento do produto está associado a um ainda mais reduzido crescimento da produção industrial. Conforme pode ser observado no Gráfico 3, o nível da produção da indústria manufatureira em dezembro de 2012 estava no mesmo patamar que se encontrava em 2005. Esse parece ter sido um dos efeitos mais devastadores da crise econômica sobre a estrutura produtiva norte-americana, uma vez que, não só interrompeu a trajetória de crescimento industrial dos anos anteriores, como reduziu significativamente o nível da produção manufatureira. Essa lenta recuperação pós-crise está associada “[...] às transformações ocorridas na divisão internacional do trabalho desde 1990 [...]” (Belluzzo, 2013), dentre elas o deslocamento de algumas empresas para países com custo de mão de obra mais reduzido, o crescimento da produção (e da concorrência) manufatureira asiática e o aumento da participação das exportações dos países ditos “emergentes” no comércio mundial. Com isso, a produção industrial norte-americana não tem encontrado facilidades para ampliar o seu mercado externo, o que acaba retirando um dos estímulos ao crescimento do País através das exportações. Assim, apesar da desvalorização do dólar, que ocorreu a partir de 2002 (Gráfico 4), verifica-se que as exportações não apresentaram uma mudança no seu padrão de crescimento, parecendo responder mais às oscilações do mercado externo do que a alterações da estrutura industrial do País. Em função do peso mais elevado das importações em relação às exportações, o período pós-recessão vem mantendo uma das importantes características da economia norte-americana, que é a contribuição nula ou negativa das exportações líquidas para o crescimento do produto. Exceção a essa regra foram justamente os anos de 2007 a 2009, quando as importações dos EUA desaceleraram significativamente, junto com o resto da economia.

Em síntese, com uma contribuição praticamente nula das exportações líquidas no crescimento do produto e com os gastos do Governo em desaceleração, a economia norte-americana continua altamente dependente, pelo lado da demanda, do consumo das famílias e da retomada dos níveis de investimento do pré-crise como suas principais fontes de crescimento.

Uma das consequências mais notáveis da desaceleração do crescimento econômico, associado com uma maior necessidade de intervenção do estado, foi o acentuado aumento do endividamento público. Através do Gráfico 4, pode-se observar que, apesar do discurso sobre a necessidade de redução do tamanho do estado, o endividamento governamental, como proporção do PIB, vinha crescendo entre 1980 e 1993, anos em que o Governo foi predominantemente republicano. Ironicamente, a redução da relação Dívida/PIB entra numa trajetória declinante ao longo da gestão democrata de Bill Clinton, para voltar a crescer na gestão republicana de Bush 2. Após o início da crise, no entanto, a dívida pública líquida entrou numa trajetória explosiva, chegando, em 2012, a, aproximadamente, 80% do PIB. É justamente essa situação que está na base do debate dentro do congresso norte-americano sobre a necessidade de impor um limite ao endividamento, ou ainda, sobre o que ficou denominado “abismo fiscal”. Independentemente do resultado final desse debate, o que parece ficar claro a partir da análise do Gráfico 5 é que o Governo norte-americano deverá, necessariamente, promover ajustes nas suas contas, de forma a diminuir o endividamento. Além das dificuldades de ordem da política interna do País, parece improvável que o Governo mantenha essa trajetória de crescimento da dívida, sem comprometer a credibilidade dos títulos governamentais e o valor do dólar. Conforme é mostrado na Tabela 1, o Governo dos EUA já tem diminuído o total do seu consumo, apesar do endividamento continuar crescendo. Em outras palavras, os sucessivos déficits gerados após 2008, que acabaram redundando no endividamento explosivo, não resultam diretamente da política fiscal, mas das políticas governamentais que visam sanar os desequilíbrios resultantes da crise financeira (Wolf, 2013).

A situação gerada pelo recente crescimento da dívida pública fez com que muitos analistas passassem a se debruçar sobre projeções da mesma e sobre formas de administrá-la no longo prazo. Essa é uma questão muito recente e que não ocupava grande parte da preocupação de economistas e políticos antes da crise de 2008. Diversos analistas (Wolf, 2013; Harding, 2013) têm colocado ênfase sobre a necessi-

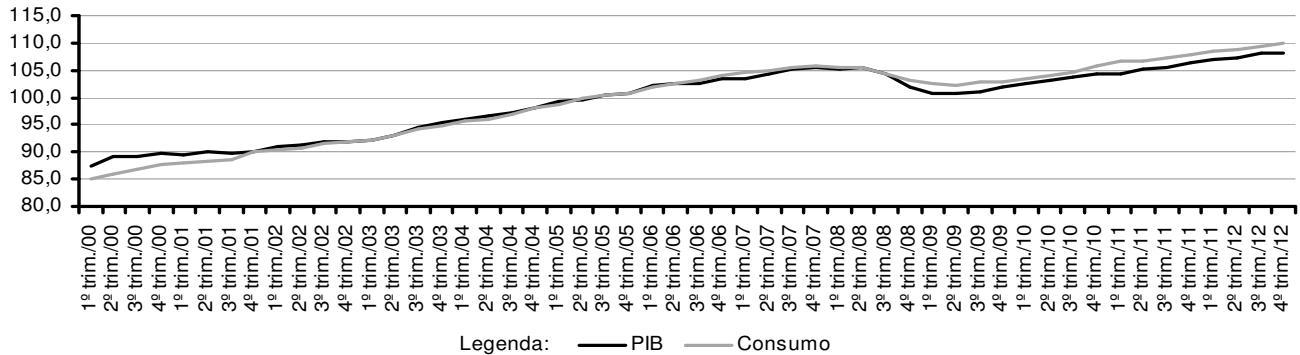
dade de reduzir os custos com os programas federais de assistência médica. A ironia associada a essas posições é que, definitivamente, não foi o envelhecimento da população e tampouco o gasto com assistência médica que fez com que a dívida saltasse de 48% para, aproximadamente, 80% do PIB entre 2007 e 2012. No seu discurso de posse, proferido no dia 21 de Janeiro, o Presidente Obama reconheceu a necessidade de fazer aprimoramentos no sistema assistencial. No entanto, enfatizou que se deveria rejeitar “[...] a ideia de que a América deva optar entre cuidar da geração que construiu este país e investir na geração que vai construir seu futuro [...]”.

O que parece evidente é que a crise econômica acentuou a necessidade de uma maior intervenção do estado nas mais diversas áreas, desde seguridade social, assistência médica até ajuda financeira para grandes empresas. Caso uma política fiscal expansionista realmente se mostre inviável, a retomada do crescimento mais acelerado deverá depender fortemente do aumento nos investimentos privados e do consumo das famílias. Do contrário, a economia norte-americana deverá passar por um longo período de baixas taxas de crescimento. Caso esse cenário se confirme, a economia mundial continuará tendo um de seus motores funcionando muito aquém da sua capacidade.

Do ponto de vista mais otimista, resta o fato de que, com taxas de juros reais negativas, tem-se uma possibilidade de que a relação dívida/PIB apresente uma substancial queda nos próximos anos. Se, junto a isso, houver uma retomada do crescimento mais acelerado, as perspectivas para a administração da crise fiscal serão mais favoráveis.

Gráfico 1

Índice trimestral de quantidade do Produto Interno Bruto e do consumo nos Estados Unidos da América — 2000-12



FONTE: BEA (2013).

Tabela 1

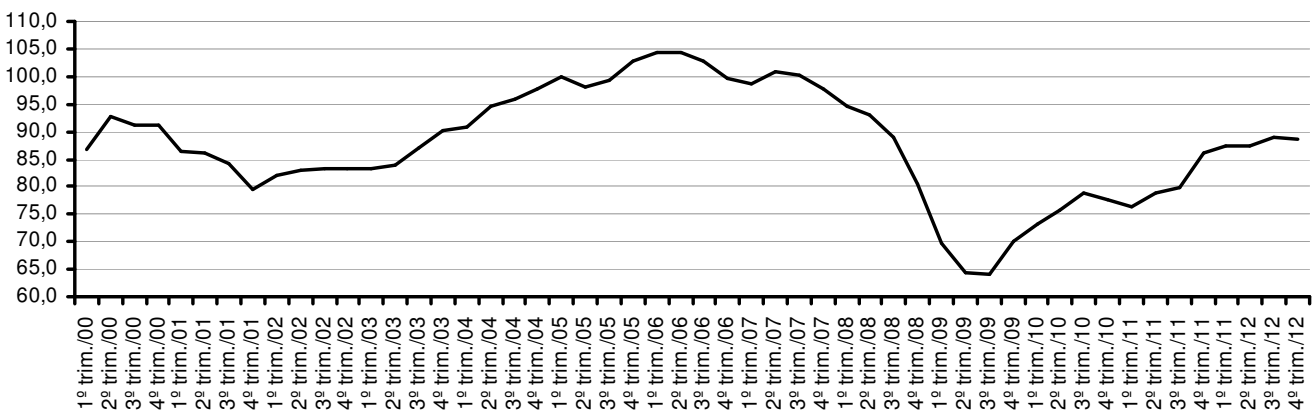
Taxa de crescimento do PIB e dos componentes da demanda agregada nos Estados Unidos da América — 2000-12

PERÍODO	PIB	CONSUMO DAS FAMILIAS	INVESTIMENTO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	CONSUMO DO GOVERNO
2000	4,1	5,1	6,8	8,6	13,0	2,0
2001	1,1	2,7	-7,0	-5,6	-2,8	3,8
2002	1,8	2,7	-1,4	-2,0	3,4	4,7
2003	2,5	2,8	3,9	1,6	4,4	2,2
2004	3,5	3,3	10,1	9,5	11,1	1,4
2005	3,1	3,4	5,5	6,7	6,1	0,3
2006	2,7	2,9	2,7	9,0	6,1	1,4
2007	1,9	2,3	-3,2	9,3	2,4	1,3
2008	-0,3	-0,6	-10,2	6,1	-2,7	2,6
2009	-3,1	-1,9	-24,8	-9,1	-13,5	3,7
2010	2,4	1,8	13,7	11,1	12,5	0,6
2011	1,8	2,5	5,2	6,7	4,8	-3,1
2012	2,2	1,9	9,6	3,2	2,5	-1,7

FONTE: BEA (2013).

Gráfico 2

Índice trimestral de quantidade do investimento doméstico privado bruto nos Estados Unidos da América — 2000-12



FONTE: BEA (2013).

Tabela 2

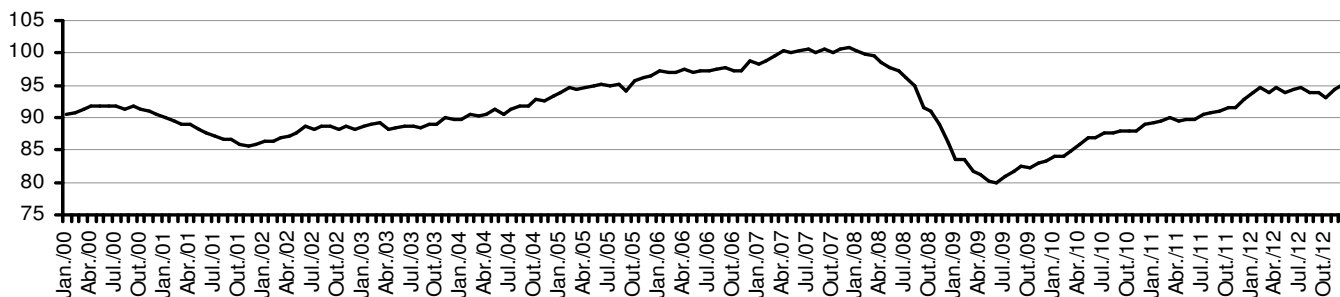
Participação dos componentes da demanda final no PIB dos Estados Unidos da América — 2000-12

PERÍODO	CONSUMO DAS FAMÍLIAS	INVESTIMENTO	EXPORTAÇÕES	IMPORTAÇÕES	CONSUMO DO GOVERNO
2000	68,6	17,8	11,0	14,8	17,4
2001	69,5	16,2	10,0	13,6	18,0
2002	69,9	15,5	9,4	13,4	18,6
2003	70,0	15,5	9,3	13,9	19,0
2004	69,8	16,6	10,0	15,2	18,8
2005	69,7	17,2	10,3	16,1	18,8
2006	69,5	17,4	11,0	16,7	18,8
2007	69,7	16,4	11,8	16,9	19,1
2008	70,2	14,6	12,9	17,9	20,1
2009	70,5	11,1	11,4	14,1	21,2
2010	70,5	12,0	12,7	16,3	21,1
2011	71,2	12,3	13,9	17,7	20,3
2012	70,9	13,1	13,9	17,5	19,5

FONTE: BEA (2013).

Gráfico 3

Índice da produção da indústria de transformação nos Estados Unidos da América — 2000-12

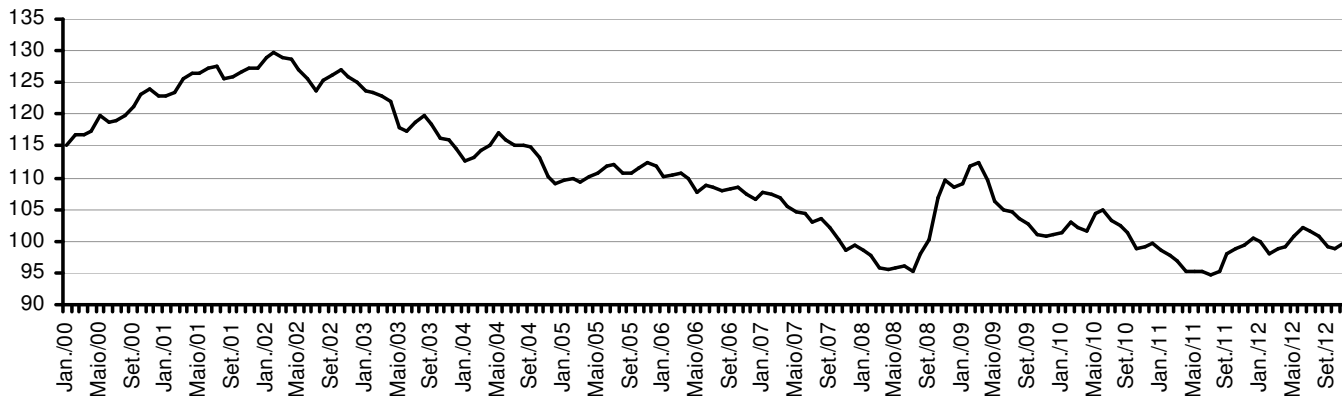


FONTE: FED (2013).

NOTA: Índices com ajuste sazonal.

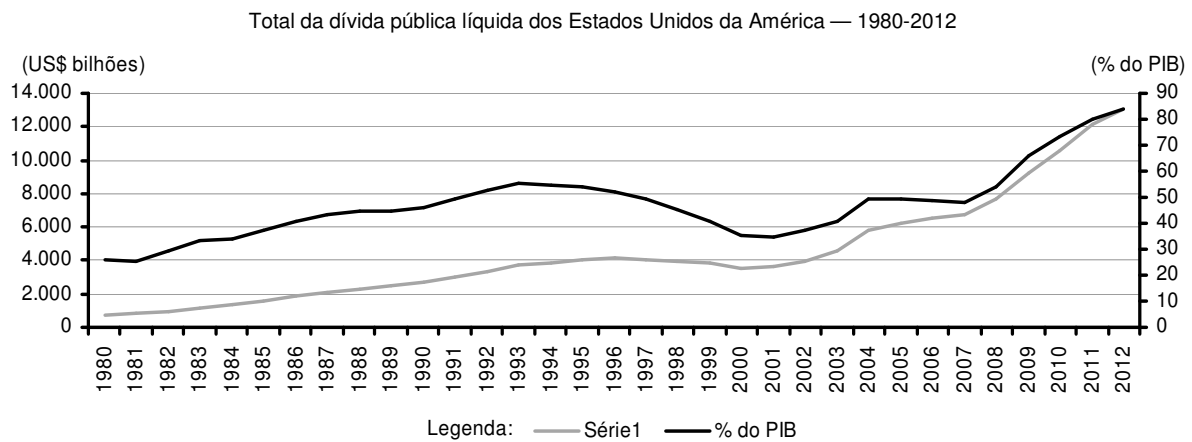
Gráfico 4

Índice de taxa de câmbio nominal nos Estados Unidos da América — 2000-2012



FONTE: FED (2013).

Gráfico 5



FONTE: IMF (2013).

NOTA: Os dados de 2011 e 2012 referem-se a estimativas preliminares.

O significado da crise

O principal problema que a crise de 2008 explicitou refere-se ao seu aspecto qualitativo, conforme destacou-se anteriormente. Em outras palavras, trata-se da (in)viabilidade de um modelo de globalização, que, por um lado, tem o centro nos EUA e o dólar como moeda hegemônica, e, por outro, o que Oliveira (2006) denominou conjunto das economias submundiais. Assim, o modelo de globalização que se consolidou após 1980 tinha a economia norte-americana crescendo estimulada pelo consumo e pelo endividamento das famílias e as economias submundiais associando-se a ela como fornecedores de mercadorias e financiadores do crescente endividamento. Belluzzo (2012, p. 16-17) destaca que, nesse modelo, a relação de causalidade vinha do excesso de liquidez e “[...] dos fluxos brutos de capitais para a expansão do crédito aos consumidores norte-americanos e daí para o déficit em conta corrente [...]” dos EUA. Se até 2007, a Europa aparecia como uma possível alternativa à hegemonia norte-americana, tanto no que se refere à criação de uma moeda forte que competisse com o dólar, quanto a ser a locomotiva do crescimento mundial, a crise que se seguiu a colocou numa posição bastante frágil. O papel que caberá à Europa no novo cenário mundial pós-crise ainda é incerto.

A maior dificuldade neste cenário é que a única saída aparentemente viável para a crise atual é a de retornar o padrão desequilibrado de crescimento que vinha se sustentando até 2007. No entanto, conforme foi assinalado anteriormente, a economia norte-ame-

ricana tem encontrado dificuldades para isso. Com a estagnação verificada recentemente nos investimentos e na queda dos gastos governamentais, resta, para as exportações e para o consumo, a tarefa de puxar o crescimento. No que se refere às exportações, dificilmente as mesmas crescerão enquanto a economia europeia permanecer em crise. Outra dificuldade é a concorrência dos produtos asiáticos e dos “emergentes”, que vêm inundando o mercado internacional a preços competitivos.

Já quanto ao crescimento do consumo, este dependerá, em larga escala, da queda no número de desempregados. Considerando que as empresas, nesse novo cenário, deverão buscar ganhos de produtividade, somente um crescimento acentuado da produção industrial poderá reverter a lenta queda na taxa de desemprego. Além disso, as famílias norte-americanas ainda têm que lidar com seu elevado endividamento. A memória do impacto da crise deverá permanecer por algum tempo, antes que volte a crescer a propensão marginal a consumir. Existe ainda a possibilidade de se promover uma distribuição de renda, conforme salienta De Bem (2012), a qual poderia ser um alento ao consumo. Stiglitz (2013) vem destacando, já há algum tempo, que a desigualdade de renda e de riqueza no interior da sociedade ianque vem retardando o crescimento. Entre os principais argumentos do autor está o fato de a classe média norte-americana ser muito fraca para sustentar o crescimento que o País tem apresentado historicamente. A questão, no entanto, é de como promover tal distribuição de renda. Apesar das sinalizações feitas por Obama no seu discurso de posse sobre a importância da atuação governamental

na área social, empecilhos de natureza política dificultarão uma política que promova uma distribuição de renda. Além disso, com as elevadas taxas de desemprego e com a precarização do mercado de trabalho, parece pouco provável que ocorra um crescimento real dos salários, de tal forma a promover um crescimento com distribuição de renda.

Também é preciso considerar que, no modelo que entrou em crise em 2007, o consumo das famílias era incentivado pelo crescimento fictício do valor dos seus ativos, os quais tinham um componente exclusivamente financeiro. Nesse novo cenário, a redução do valor dos ativos foi significativo, e a sua retomada levará um longo tempo. As bolsas de valores, embora boa parte já tenha retomado ou esteja próximo de seus níveis pré-crise, também tem encontrado obstáculos para um crescimento que venha a ser um combustível para o consumo.

O papel reservado ao estado norte-americano nesse novo cenário é outra questão que permanece em aberto. O debate entre Republicanos e Democratas permanecerá, com certeza, acirrado. E aqui convém destacar que a divergência não é apenas de natureza filosófica, como enfatiza Wolf (2013), mas, principalmente, de natureza política. No debate econômico atual, parece haver um consenso de que o atual nível da dívida ainda é administrável e, portanto, não ser um motivo de grande preocupação. No entanto, todos são enfáticos sobre a necessidade de, no médio e no longo prazo reduzir a relação dívida/PIB. Conforme destaca Rogoff (2013), a elevada carga gerada pelo atual nível da dívida pode comprometer seriamente a capacidade do Governo de atuar em crises futuras.

Os aspectos assinalados até aqui estão relacionados, essencialmente, a questões internas aos EUA. No entanto, questões de natureza externa são tão ou mais difíceis de serem equacionadas. Dentre elas, destaca-se a dificuldade de se criarem coalizões político-militares com uma Europa tão dividida, as dificuldades de solução para os problemas do Oriente Médio, a necessidade de manter o dólar como moeda mundial e, ao mesmo tempo, promover um crescimento de suas exportações. Além disso, tem-se a importância crescente da China na economia mundial, não só do ponto de vista do tamanho de sua economia, como também de seu poderio bélico, político e monetário. Se, por um lado, a economia norte-americana tem encontrado dificuldades para se recolocar no centro de uma economia mundial globalizada, por outro, a China tampouco se deve mostrar interessada em ajudar que isso aconteça, uma vez que a mesma compete diretamente para exercer esse papel.

Enfim, essa parece ser uma crise de natureza “terminal” de um tipo de globalização. E é dentro desse cenário que os dados da economia norte-americana devem ser analisados. Qual tipo de globalização surgirá, ainda é uma questão em aberto, mas a história do capitalismo até aqui não sinaliza para um futuro mais igualitário e de natureza “sustentável”.

Considerações finais

Como se procurou mostrar neste artigo, as baixas taxas de crescimento vêm acompanhando a economia norte-americana desde o início do século XXI. A lenta recuperação apresentada a partir de 2010 insere-se dentro desse padrão. A recessão de 2008-09 apenas agravou esse quadro de baixo dinamismo, fazendo com que a taxa média de crescimento do PIB no período 2000-12 tenha se reduzido para 1,6% ao ano. Quando Obama assumiu o poder, em janeiro de 2009, ele encontrou um país no auge da recessão, com uma taxa de desemprego de 7,8% e em ascensão. Naquele ano, o PIB iria apresentar uma queda de 3,1%, algo nada desprezível, em se tratando da maior economia do mundo. Atualmente, a economia norte-americana já conseguiu recuperar parte das perdas da crise, mas continua ainda numa situação vulnerável. Indiscutivelmente, grande parte dessa recuperação deve-se à forte intervenção governamental no pós 2008, tanto no sentido de sanar o setor financeiro e produtivo como através da sua política fiscal. Por outro lado, também é verdade que boa parte do lento crescimento dos anos recentes é resultado das restrições impostas pelo explosivo endividamento governamental verificado no período.

Em 1949, o economista britânico Arthur Lewis publicou a primeira edição do seu livro **Economic Survey: 1919-1939**. Ao analisar o caso da economia dos Estados Unidos durante aquele período, e, mais especificamente, em sua análise do *New Deal*, afirma o seguinte:

O que o *New Deal* mostra não é, como os seus críticos alegam, a falha dos gastos governamentais em estimular a economia, mas, ao contrário, que quando um país cai tão baixo como os Estados Unidos caíram de 1929 a 1933, somente medidas mais drásticas serão suficientes para levantá-lo novamente. Acima de tudo, é claro, a experiência norte-americana demonstra a importância de não deixar um país cair tão baixo. Mesmo os mais severos críticos do *New Deal* agora concordam que o governo americano tem o dever, no primeiro sinal de uma depressão, de aumentar

seus gastos num esforço para manter a demanda dos consumidores; nenhum governo, seja qual for sua coloração política, poderia se manter inativo se os lucros começam a cair e o desemprego a aumentar. O suficiente tem sido aprendido para tornar improvável que os Estados Unidos irão experimentar novamente uma depressão tão grande e prolongada quanto a de 1929 a 1939 (Lewis, 1966, p. 114, tradução nossa).

O que mais surpreende nessa passagem é a lucidez de Lewis em entender os impactos políticos e econômicos da Grande Depressão, principalmente quando se considera que, após a crise dos anos 30, a economia mundial passou por um período extremamente conturbado com a Segunda Guerra e das consequências, em termos da sua desorganização produtiva, comercial e monetária. A história norte-americana, na segunda metade do século XX, parece demonstrar a veracidade da afirmação de Lewis, uma vez que tanto democratas como republicanos não hesitaram em promover um aumento dos gastos governamentais tão logo a economia do País ameaçasse entrar em desaceleração. O custo dessas políticas, no entanto, não têm sido baixos. Até que ponto o Governo norte-americano vai conseguir sustentar o crescimento da sua dívida, sem colocar em xeque a força da sua moeda, é uma questão em aberto. Teoricamente, não há um modelo econômico que estipule um teto máximo viável para o crescimento da dívida pública. Por outro lado, também parece evidente que a atual trajetória do endividamento público não tem viabilidade de ser sustentada sem comprometer o funcionamento da economia dos EUA no longo prazo.

O debate recente sobre o assim chamado “abismo fiscal” parece evidenciar que, se os governantes norte-americanos realmente aprenderam o suficiente com o New Deal, boa parte deles esqueceu ou faz parecer que esqueceu. Hobsbawm (1995), ao analisar as alternativas de política econômica em 1930, destaca que “[...] poucos dos que ocupavam cargo de autoridade em seus países” sabiam o que fazer diante da crise. Neste início do século XXI, passados mais de 70 anos da publicação da **Teoria Geral** e pela experiência da Era de Ouro do pós Segunda Guerra, já se sabe que o gasto público pode ser um estímulo ao crescimento econômico. No entanto, o que o debate atual sugere é que aqueles que hoje ocupam “cargo de autoridade” nos Estados Unidos e Europa tampouco sabem o que fazer com o atual nível de endividamento público.

Como costuma ocorrer nos períodos de crise, o recente debate acabou por explicitar o estreito entre-

laçamento entre a economia e os divergentes interesses que se manifestam nas posições políticas. Ou seja, a atual crise econômica trouxe novamente à tona a antiga ideia de que é impossível dissociar a economia da política, uma vez que a primeira lida com interesses, que, na maior parte das vezes, são resolvidos na arena política.

Referências

- BELLUZZO, L. G.. Capital financeiro e Desigualdade. **Le Monde Diplomatique Brasil**, São Paulo, ano 6, n. 65, p. 16-17, 2012.
- BELLUZZO, L. G.. É o capitalismo, estúpido! **Valor Econômico**, 8 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/2961020/e-o-capitalismo-estupido#ixzz2K30wu4wZ>>. Acesso em: 2013.
- BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. **US Economic Accounts - National**. 2013. Disponível em: <<http://www.bea.gov/index.htm>>. Acesso em: 31 jan. 2013.
- DE BEM, A. P.. O preço da desigualdade. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, 30 nov. 2012.
- FEDERAL RESERVE SYSTEM (FED). **Industrial Production and Capacity Utilization**. 2013. Disponível em: <<http://www.federalreserve.gov/datadownload/Choose.aspx?rel=G17>>. Acesso em: 16 maio 2013.
- HARDING, R.. America's debt dilemma: A looming crisis. **Financial Times**, 21 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/8c7758c8-63bb-11e2-af8c-00144feab49a.html#axzz2InyDdXv1>>. Acesso em: 16 maio 2013.
- HOBSBAWM, E.. **A era dos Extremos: o breve século XX: 1914 - 1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INTERNATIONAL MONETARY FOUND (IMF). **Data Mapper**. 2013. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/index.php>>. Acesso em 16 maio 2013.
- LEWIS, A.. **Economic Survey: 1919-1939**. Londres: Unwin University, 1966.

OLIVEIRA, F. de.. As contradições do ão: globalização, nação, região, metropolização. In: DINIZ, C.C.; CROCCO, M. (Org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ROGOFF, K.. World is right to worry about US debt. **Financial Times**, 24 jan. 2013. Disponível em: <<http://www.ft.com/intl/cms/s/0/ed300802-63e5-11e2-84d8-00144feab49a.html#axzz2IzSI3FGo>>. Acesso em: 2013.

STIGLITZ, J.. Inequality is holding back the recovery. **The New York Times**, 19 jan. 2013. Disponível em: <<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2013/01/19/inequality-is-holding-back-the-recovery/>>. Acesso em: 2013.

WOLF, M.. A política fiscal não está em crise. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 jan.2013, p. A13.